



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE NOS ORÇAMENTOS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE - SP

Luiz Rodolfo França Pinheiro, luizrodolfofp72@gmail.com, UNITAU
Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira, edsonaaqo@gmail.com, UNITAU
Adriana Leonidas de Oliveira, adrianaleonidas@uol.com, UNITAU
Monica Franchi Carniello, monicafcarniello@gmail.com, UNITAU

Resumo

A abordagem sustentável dos orçamentos municipais mostra a realidade social, econômica e ambiental da governança pública. Destarte, esta pesquisa objetivou analisar as execuções orçamentárias municipais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)-SP, identificando as despesas pagas direcionadas às Dimensões Social, Econômica e Ambiental (*Triple Bottom Line* - TBL), correlacionando os dados levantados com o PIB, IFDM e população desses municípios. Assim, realizou-se uma pesquisa documental, relativa a 2019, no Portal da Transparência de cada município e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Os resultados mostraram uma grande disparidade nos índices das despesas pagas tanto internamente nas dimensões quanto na comparação das médias entre elas (social - 57,57%; econômica - 12,26%; e ambiental - 2,36%). No resultado agregado das dimensões TBL da sustentabilidade, as cidades de Jambuí, Redenção da Serra e Piquete apareceram como as únicas altamente sustentáveis, representantes dos maiores somatórios percentuais de recursos alocados nas dimensões TBL, e São José dos Campos, Jacareí e Pindamonhangaba figuraram entre as insustentáveis. Por fim, as correlações apontaram que conforme aumentam os indicadores PIB, IFDM e População, diminuem as despesas pagas na RMVPLN com a sustentabilidade agregada. Conclui-se pela importância do planejamento e execução orçamentária municipal pelos gestores públicos, seja na equalização melhor da aplicação das despesas entre as dimensões TBL, seja realizando uma publicidade mais eficiente e eficaz desses gastos. Finalmente, recomendam-se análises futuras para se gerar série histórica.

Palavras-chave: Dimensões da Sustentabilidade, Gestão Pública, Orçamento Municipal, RMVPLN, *Triple Bottom Line*.

1. Introdução

Sustentabilidade é um termo que merece atenção de todas as organizações, sejam elas do setor privado ou público, pois por meio da adoção de seus princípios podem ser minimizados desperdícios, obtidos cada vez mais ganhos e entregues produtos aos consumidores ainda melhores e a preços mais satisfatórios. O foco permanece no alinhamento das ações entre as partes interessadas, tanto as endógenas quanto as exógenas. (AGRAWALA; SINGHB, 2019).

Além do foco nas ações com os stakeholders (partes interessadas) outro deve estar direcionado ao equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental da sustentabilidade. Sachs (1988, p. 160) alerta que “o social e o ecológico emergem como principais preocupações diante da devastação provocada pela hegemonia incontrolável do econômico e da prima-



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

zia da lógica de mercado sobre a lógica das necessidades”. Nota-se a importância do balanceamento entre as dimensões do desenvolvimento sustentável e as exigências do mercado.

Não existe uma maneira única de se atingir o desenvolvimento econômico, seja ele pelas vias convencionais (que não levam em conta a sustentabilidade – quase um suicídio organizacional nos dias atuais) ou pelas vias do desenvolvimento econômico sustentável ou *Triple Bottom Line* (TBL)¹. O TBL é atingido quando as organizações buscam prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social em suas metas e em seus negócios. Essas três linhas estão inter-relacionadas, interdependentes e parcialmente em conflito, pois dependem de uma revolução de pensamento e atuação em várias direções tais como mercados, valores, transparência, tecnologia do ciclo de vida, parcerias, perspectiva de tempo e governança corporativa (JEURISSEN, 2000; WISE, 2016).

Na busca do desenvolvimento econômico por meio do TBL há de se manter os objetivos principais de vitalidade econômica, administração de recursos e bem-estar da comunidade de maneira única e comum, embora os meios para atingir esses objetivos variem com fatores contextuais, como tipo de projeto, recursos da comunidade e escala. Mais significativamente, o desenvolvimento econômico da TBL exige novas formas de contabilizar o impacto e uma compreensão mais sutil das interações entre fatores econômicos, ambientais e sociais. (HAMMER; PIVO, 2016). Essa percepção sutil os gestores públicos precisam desenvolver para proporcionarem aos municípios geridos uma administração que retorne à população produtos e serviços de qualidade.

O Estatuto da Cidade², tratando da sustentabilidade (TBL), traz aos gestores públicos uma série de orientações que se alinham ao tema quando pede garantia do direito aos munícipes de cidades sustentáveis (moradias dignas, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, dentre outros) e de atenção a um planejamento no desenvolvimento municipal que leve em conta a distribuição espacial da população e as atividades econômicas do município e do território, com a intenção de se evitar e corrigir distorções do crescimento econômico e seus efeitos negativos (BRASIL, 2001).

Com esses apontamentos iniciais, percebe-se a relevância do estudo da sustentabilidade e de suas dimensões social, econômica e ambiental com um olhar voltado às atuações dos gestores públicos em relação aos orçamentos municipais, pois os princípios orçamentários previstos no Manual Técnico de Orçamento 2020 (BRASIL, 2020), que conferem racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público para todas as esferas de governo, devem ser seguidos à risca também pelos administradores públicos municipais (BRASIL, 2020).

Diante da importância do tema e do desconhecimento de informações relevantes referentes a quanto os municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) de São Paulo destinam em seus orçamentos para as dimensões TBL da sustenta-

¹ *Triple Bottom Line* é um conceito cunhado por Elkington e difundido com a publicação de seu livro em 1997 “*Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*”, o qual representou a expansão dos tradicionais modelos de negócios – que só considerava fatores econômicos na avaliação de uma empresa – para novos modelos, que passam a considerar além da financeira, também a performance ambiental e social (JEURISSEN, 2000).

² Estatuto das Cidades: nome dado à Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, (BRASIL, 2001) editada para regulamentar o comando constitucional previsto nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana brasileira.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

bilidade, esta pesquisa teve como objetivo analisar a execução dos orçamentos municipais da RMVPLN quanto às dimensões da sustentabilidade (TBL).

2. Fundamentação teórica

2.1. Desenvolvimento Sustentável e suas dimensões social, econômica e ambiental (TBL)

O desenvolvimento sustentável é o imperativo atual do rearranjo estrutural do sistema econômico e, conseqüentemente, a competitividade muito mais acirrada entre os países do mundo está correlacionada com o crescimento econômico, com a modernização da economia e da sociedade, mas, sobretudo, com os indicadores socioeconômicos do desenvolvimento sustentável (DALEVSKA et al, 2019), o que coloca às organizações uma necessidade de se modernizarem e de sobreviverem no atual ambiente político-econômico-social (DALLABRIDA, 2011). Normalmente, as empresas líderes do mercado já adotam em seus planejamentos essa abordagem sustentável, contudo tal adaptação deve ser difundida e disseminada a todas as empresas, como traz Dallabrida (2011, p. 288) que defende que “para sobreviverem, as empresas precisariam adaptar-se continuamente ao meio socioeconômico em função das inovações tecnológicas adotadas pelas empresas líderes”.

Essa articulação de grandes empresas com pequenas e microempresas situadas ao longo de toda a cadeia produtiva também é abordada por Sachs (2010) sob a ótica do desenvolvimento sustentável, o qual o autor nomeia como ‘desenvolvimento includente’. E nessa perspectiva de criar sinergias positivas nessas interfaces organizacionais (grandes x pequenas e microempresas), com mais transparência e controle social, o autor declara que “é nessa direção que tento trabalhar hoje no Brasil, na tripla perspectiva do desenvolvimento socialmente includente, ecologicamente viável e economicamente sustentado” (SACHS, 2010, p. 36).

Dallabrida também aborda a concepção de desenvolvimento como muito mais ampla do que somente crescimento e sob várias dimensões sustentáveis quando trata da sua relação com cultura e economia, dizendo que “não só há uma relação entre economia, cultura e desenvolvimento [...] como são elementos constitutivos dos processos de desenvolvimento, somados às dimensões social, política, espacial, ecológica e tecnológica” (DALLABRIDA, 2011, p. 297). Dentre todas essas dimensões, destacam-se as três que formam a ‘linha tripla de fundo’ (TBL) ou, o também chamado ‘tripé da sustentabilidade’: a social, a econômica e a ambiental.

Essa abordagem da TBL da sustentabilidade apesar de ser complexa e requerer uma perspectiva temporal diferente dos modelos de gerenciamento tradicionais, permite um planejamento mais longo, juntamente com uma maior tolerância à incerteza e uma maior capacidade de aprender com o passado, o que leva a um aumento da inovação sustentável e fornece melhorias ambientais e sociais e, ainda, mitiga possíveis impactos negativos no desempenho econômico das organizações. Essa visão holística da ética sustentável nos negócios, envolvendo as questões TBL é um passo importante que as organizações podem realizar em suas gestões (LONGONI; CAGLIANO, 2016).

Alinhado a este enfoque do TBL nos negócios organizacionais, Benites e Polo (2013) reforçam a ideia de que a busca por melhores resultados nos negócios organizacionais é a motivação central que os gestores traçam em seus planejamentos. E a sustentabilidade, uma tendência no mundo corporativo, deixa de ser vista somente do ponto de vista ambiental, passan-



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

do a integrar as estratégias empresariais e gerando todo tipo de valor numa congruência funcional com suas outras dimensões, a social e a econômica (BENITES; POLO, 2013).

Quanto ao setor público, as estratégias e diretrizes do TBL seguem as mesmas do setor privado e sempre deveriam visar metas de longo prazo, mas tomadas no tempo presente, como enfatiza Wise (2016) ao dizer que “as estratégias regenerativas do setor público e do setor privado, de acordo com o quadro da TBL, enfatizam as metas de longo prazo. No entanto, os resultados avaliados e as consequências futuras dependem das decisões atuais” (WISE, 2016). Infelizmente, como na maioria das vezes a questão política interfere nos planejamentos, a visão de longo prazo nem sempre é colocada em prática com decisões atuais acertadas, como por exemplo, com os mecanismos orçamentários municipais.

2.2. Instrumentos orçamentários municipais: Planejamento Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual

A seriedade e o equilíbrio que os gestores devem ter na condução dos orçamentos municipais deve se pautar no que o IBGC (2015, p. 13) traz ao destacar que “está cada vez mais em evidência a responsabilidade dos diferentes agentes de governança diante de temas como sustentabilidade, corrupção, [...] além da complexidade e multiplicidade de relacionamentos que as organizações estabelecem com os mais variados públicos”. Sendo assim, os instrumentos orçamentários são balizas importantes na condução do dinheiro comum municipal.

O Plano Plurianual (PPA) municipal é um instrumento de planejamento orçamentário elaborado pelo Poder Executivo Municipal, mas aprovado pelo legislativo da cidade, e tem a abrangência de quatro anos consecutivos, sendo que sua vigência inicia-se no segundo ano do mandato do prefeito, interferindo, por consequência, no primeiro ano do mandato do próximo prefeito. O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, prevendo receitas que financiarão as metas propostas e evitando aquelas impossíveis de serem alcançadas em apenas quatro anos. Além do mais, o PPA deve interligar as diretrizes e os objetivos do Plano Diretor municipal com o Estatuto das Cidades. Proporciona uma visão daquilo que o governo se propõe a realizar em médio prazo, com realização vinculada aos recursos orçamentários (CEPAM, 2005).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi instituída pela Constituição Federal de 1988, com a intenção de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para que esta expresse metas e prioridades da administração pública, disponha sobre alterações na legislação tributária e estabeleça a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 2020). Na esfera municipal, a LDO é uma lei proposta também pelo executivo, com vigência anual, sendo um instrumento com “as metas e prioridades da Administração Pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente [...]” (CEPAM, 2005, p. 54). Ainda em relação à LDO, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, criada com o intuito principal de condicionar os gastos à arrecadação de tributos, designou novas atribuições para a LDO, associadas, em grande medida, à responsabilidade da gestão fiscal, obrigando esta lei a dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas; os critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, dentre outras (BRASIL, 2020).



Por fim, a Lei Orçamentária Anual (LOA) municipal, também de iniciativa do executivo municipal, é a lei que estima as receitas e fixa as despesas para um determinado exercício financeiro e tem vigência de um ano (CEPAM, 2005). No tocante às despesas fixadas na LOA, CEPAM (2005, p. 58) diz que “são destinadas à manutenção e conservação dos serviços já existentes e à criação, expansão e aprimoramento da ação governamental, com base nas diretrizes, objetivos e metas aprovadas no PPA e na LDO [...]”.

Dessa forma, é importante entender como as despesas previstas nesses documentos orçamentários (PPA, LDO E LOA) são gastas nos municípios dessa importante região metropolitana do Estado de São Paulo e do Brasil, a RMVPLN.

3. Metodologia

Para esse trabalho desenvolveu-se uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, sendo exploratória porque é útil quando o pesquisador não conhece as variáveis importantes a examinar (CRESWELL, 2007) e descritiva, pois visa detalhar os dados levantados, por meio de análise e interpretação das informações dos orçamentos municipais relativas às dimensões da sustentabilidade TBL (SILVA; MENEZES, 2005).

No que tange aos resultados, a investigação caracterizou-se como do tipo básica, pois objetivou “gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática ‘prevista’” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

Para atingir o objetivo deste trabalho, quanto aos procedimentos ou delineamentos, utilizou-se de uma pesquisa documental no Portal da Transparência de cada município da RMVPLN e no Portal da Transparência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP, 2020), no período de 14 a 30 de abril de 2020. Para Prodanov e Freitas (2013), fontes documentais podem ser quaisquer registros passíveis de uso como fonte de informação, que tenham sido investigados e que tenham passado pelos crivos da observação, leitura e reflexão críticas quanto ao processo e conteúdo, além de terem sido examinados quanto ao valor do material utilizado para o trabalho.

Essa pesquisa analisou informações das despesas pagas pelos municípios da RMVPLN, na execução orçamentária 2019 e relativas às dimensões da sustentabilidade TBL, considerando a classificação e divisão das despesas conforme adotadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação e Distribuição das despesas pagas por dimensão TBL

Dimensões TBL			
Social		Econômica	Ambiental
Inclusão (Assistência) Social	Saúde	Turismo	Gestão Ambiental
Desporte / Lazer	Educação	Urbanismo (transporte)	Saneamento
Segurança	Cultura	Desenvolvimento (Indústria)	

Fonte: próprio autor (2020)

Na busca dos dados do Quadro 1 no Portal da Transparência de cada município, verificou-se que as cidades utilizavam-se de várias empresas contratadas para administrar seus sites (mais de 7 tipos diferentes), as quais também realizavam a divulgação das informações orçamentárias. A grande maioria das cidades trabalhava com duas empresas que possuíam as interfaces de mais fácil manipulação, tanto para o acesso quanto para a exportação dos dados



para um computador particular, pois se utilizavam de arquivos com extensão ‘cvs’ que abriam, facilmente, como planilha ‘xls’ no Excel.

Contudo, alguns municípios apresentaram dificuldades no acesso, como por exemplo, Campos do Jordão, que não tinha as informações completas e não possuía plataforma para exportar dados diretos para manipulação; Caraguatatuba e São Bento do Sapucaí, que só possuíam planilhas em ‘pdf’; Jacareí, cujo Portal da Transparência não abria; Lagoinha e São Luiz do Paraitinga, que não possuíam todos os meses de 2019; e São José dos Campos e Ubatuba, que não possuíam um demonstrativo anual consolidado. Para todos esses municípios com problemas no acesso às informações, foi necessário acessar o site TCESP (2020) e baixar o arquivo ‘despesa detalhada’ do ano de 2019, com o qual se realizou a separação das informações referentes às despesas pagas por cada município (por secretaria e/ou função e subfunção) direcionadas às dimensões TBL.

Após a obtenção de todas as informações das despesas pagas por cada município em cada dimensão TBL na moeda nacional (reais), usou-se da equação abaixo para se chegar ao percentual aplicado por cada município em relação a cada dimensão. Optou-se por trabalhar com percentuais em vez dos valores nominais, pelo motivo de que os percentuais representam melhor quanto verdadeiramente uma cidade aplica em cada dimensão, tendo em vista a grande disparidade nos valores dos orçamentos da RMVPLN. Os percentuais encontram-se explicitados na Tabela 1.

$$D-TBL (\%) = \frac{\sum \text{despesas pagas relacionadas à dimensão (R\$)}}{\text{Despesa Total do ano (R\$)}}$$
 onde:
D-TBL = dimensão TBL com suas respectivas despesas relacionadas pelo Quadro 1 em %; e
Despesa Total do ano = despesa total empenhada consolidada no município em R\$, TCESP (2020).

Com esses percentuais, utilizou-se da metodologia da divisão em quintis³ para classificar e pontuar cada município em cada dimensão TBL. Usou-se de pontuações de 1 a 5, sendo 1 a pior pontuação e 5 a melhor pontuação. Após a classificação em cada dimensão TBL, gerou-se um resultado agregado de todas as pontuações e voltou-se a classificar as cidades por meio de nova divisão de quintis. Assim, ao final dessa metodologia, chegou-se a cinco grupos distintos e classificados de altamente sustentáveis, representantes dos maiores somatórios percentuais de recursos alocados nas dimensões TBL, a insustentáveis, os menores somatórios.

Com o resultado agregado TBL, realizou-se uma abordagem quantitativa para verificar o comportamento do resultado agregado TBL frente aos índices PIB⁴, IFDM⁵ e População dos municípios, por meio do software SPSS, com testes de normalidade, de correlações e de diagramas de dispersão, técnicas na qual, segundo Creswell (2007, p. 35), um pesquisador “usa primariamente alegações pós-positivistas para desenvolvimento de conhecimento [...] e emprega estratégias de investigação (como experimentos, levantamentos e coleta de dados, instrumentos predeterminados que geram dados estatísticos)”. Na mesma linha, Santos, Oli-

³ Divisão em Quintis: divide-se o conjunto de dados em cinco partes proporcionais. Neste trabalho, utilizou-se do software Excel para essas divisões por meio da fórmula ‘percentil.exc(matriz;0,2)’, ‘percentil.exc(matriz;0,4)’, sucessivamente. Com essas operações, definiram-se as separatrizes de cada parte (dos 20% inferiores, etc). Essa metodologia foi utilizada por Gomes e Vieira (2018) em um trabalho voltado também à sustentabilidade na RMVPLN.

⁴ PIB: o Produto Interno Bruto (PIB) ainda é o principal indicador mundial do nível da atividade econômica de um país, região ou município, sendo o total de bens e serviços produzidos em um determinado período (OLIVEIRA, 2018).

⁵ IFDM: metodologia desenvolvida pela Firjan, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal avalia as áreas da saúde, educação e emprego e renda de um município. Seus indicadores variam de 0 a 1 (sendo 1 o melhor desempenho), distribuídos em 4 faixas: baixo, regular, moderado e alto desenvolvimento (GOMES; VIEIRA, 2018).



veira e Morais (2010, p. 24), trazem que “nessa abordagem, o valor intrínseco à pesquisa refere-se à possibilidade de mensuração dos fatos, eventos ou variáveis correlacionadas”.

Cabe ressaltar que este trabalho restringiu-se aos orçamentos 2019 das Prefeituras, excluindo-se os das Câmaras Municipais e outras Empresas Públicas ou Fundações.

4. Resultados e Discussões

A RMVPLN é considerada um dos principais eixos de desenvolvimento do Estado de São Paulo e foi criada no ano de 2012 pela Lei Complementar nº 1.166-SP, de 9 de janeiro de 2012 (SP, 2012). Com trinta e nove municípios, divididos em cinco sub-regiões, e concentrando mais de 2,5 milhões de habitantes (segundo estimativa do IBGE para 2018) e gerando 4,8% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista em 2016, está localizada entre as principais metrópoles do país: São Paulo e Rio de Janeiro, possuindo seus principais municípios localizados às margens da rodovia Presidente Dutra (OLIVEIRA; QUINTAIROS, 2011).

De posse dos dados dos orçamentos dos municípios da RMVPLN e seguindo a metodologia explicada anteriormente, chegou-se ao principal resultado deste trabalho, demonstrado na Tabela 1, que é quanto cada cidade do Vale do Paraíba e do Litoral Norte de São Paulo gasta com as dimensões social, econômica e ambiental, percentualmente.

Tabela 1 – Despesa Total, Índices de Despesas TBL e Indicadores da RMVPLN

Município	Despesa Total ¹ 2019 em R\$	Despesas com as Dimensões da Sustentabilidade 2019 em % ²			IFDM 2018 (ano base 2016) ³	PIB 2016 ⁴	População 2018 ⁴
		Social	Ambiental	Econômica			
Aparecida	134.872.364,48	52,99	0,27	8,44	0,8084	1.115.003	36.129
Arapeí	16.946.646,64	61,25	8,74	5,25	0,7321	25.889	2.478
Areias	19.567.229,18	53,63	4,30	13,77	0,6328	37.753	3.876
Bananal	35.714.005,27	66,38	6,94	0,90	0,7191	217.166	10.896
Caçapava	266.699.685,44	53,11	1,30	12,56	0,7788	3.580.187	93.488
Cachoeira Paulista	97.455.969,01	65,26	3,12	7,07	0,7392	559.694	33.067
Campos do Jordão	210.361.977,96	65,04	1,28	13,67	0,7826	1.197.119	51.763
Canas	22.492.113,56	56,23	0,56	12,21	0,7394	150.703	5.071
Caraguatatuba	786.375.692,56	59,02	1,23	15,36	0,8384	2.658.208	119.625
Cruzeiro	210.537.900,86	52,27	1,70	7,40	0,7321	1.988.301	81.895
Cunha	66.693.254,95	59,18	2,52	14,69	0,6739	213.621	21.639
Guaratinguetá	360.480.879,96	54,77	1,45	12,23	0,7814	4.232.993	121.073
Igaratá	41.348.982,40	62,09	0,68	15,84	0,7112	177.756	9.483
Ilhabela	752.499.193,70	35,38	5,91	17,30	0,8634	3.011.806	34.333
Jacareí	970.418.337,55	44,78	6,03	2,19	0,7772	9.980.970	231.863
Jambeiro	32.888.042,19	57,47	5,31	16,09	0,7323	274.960	6.485
Lagoinha	19.207.463,98	64,24	1,36	12,03	0,6999	57.554	4.903
Lavrinhas	25.260.504,19	61,22	1,75	10,74	0,6110	104.689	7.207
Lorena	209.077.278,97	68,97	2,06	9,19	0,7682	2.351.891	88.276
Monteiro Lobato	17.297.689,06	61,73	1,08	13,84	0,7189	57.846	4.608
Natividade da Serra	27.388.438,63	50,98	3,39	19,48	0,6728	66.404	6.681
Paraibuna	65.568.209,58	50,63	1,52	9,45	0,7231	255.092	18.180
Pindamonhangaba	494.035.756,14	58,53	0,20	7,97	0,7793	6.708.744	166.475
Piquete	31.760.060,15	68,36	1,90	13,88	0,6832	148.416	13.976

(continua)



(continuação)

Potim	52.782.913,28	57,70	1,50	7,77	0,6575	187.880	24,143
Queluz	40.609.741,98	57,07	1,60	15,96	0,6730	237.969	13.228
Redenção da Serra	17.068.469,70	60,51	2,56	18,15	0,7403	53.758	3.863
Roseira	37.608.184,07	67,52	0,00	13,26	0,7871	269.309	10.621
Santa Branca	50.356.380,97	62,01	0,76	11,11	0,6452	251.490	14.717
Santo Antônio do Pinhal	32.819.654,17	54,86	2,44	20,03	0,7677	96.484	6.794
São Bento do Sapucaí	33.696.296,42	54,23	4,11	15,31	0,6579	178.593	10.895
São José do Barreiro	23.382.088,52	54,42	2,89	20,85	0,6659	48.499	4.151
São José dos Campos	3.159.755.267,60	47,49	2,76	9,62	0,8177	37.315.783	713.943
São Luiz do Paraitinga	37.123.669,40	66,57	0,65	10,25	0,6060	143.813	10.862
São Sebastião	818.115.851,73	48,81	0,80	12,56	0,7859	3.517.128	87.596
Silveiras	31.606.770,70	59,75	0,76	13,76	0,6311	63.119	6.264
Taubaté	1.295.463.675,04	56,55	1,56	18,36	0,8042	14.135.705	311.854
Tremembé	128.899.113,83	57,79	0,35	13,06	0,7304	656.524	46.642
Ubatuba	366.345.152,71	56,47	5,01	6,61	0,7803	1.786.358	89.747

Fontes: (¹) Despesa Total Empenhada Consolidada no Município (TCESP, 2020); (²) dados do próprio autor baseados no Portal da Transparência dos Municípios e do TCESP (2020); (³) baseados em FIRJAN (2020); e (⁴) Dados EMPLASA, baseados no IBGE (EMPLASA, 2020).

Na Tabela 1 pode-se ver além dos índices das despesas pagas com as dimensões TBL, os indicadores disponíveis do IFDM 2018 (ano base 2016), do PIB 2016 e da população de todos os municípios de 2018. Esses indicadores foram utilizados para os testes de correlação e para os gráficos de dispersão, principalmente, com o índice agregado TBL.

Importante notar a grande diferença percentual entre os índices destinados às três dimensões TBL. Nos dados estatísticos da Figura 1, a Dimensão Social tem uma média percentual de aplicação de despesas pagas de 57,57%, enquanto a Econômica 12,26% e a Ambiental somente 2,36%. Essa grande diferença entre as dimensões deve-se, principalmente, ao fato de que os principais gastos municipais são destinados à Dimensão Social: saúde e educação. No entanto, a dimensão econômica e a ambiental, tão importantes na geração de empregos e no cuidado com a qualidade de vida, respectivamente, não podem deixar de receber as devidas atenções dos gestores públicos municipais. Todas essas despesas devem ser mais bem planejadas, distribuídas e executadas pelo PPA, LDO e LOA.

Figura 1 – Dados Estatísticos das dimensões TBL

	N	Mínimo	Máximo	Média
	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística
Social	39	35,38	68,97	57,5708
Econômica	39	,90	20,85	12,2618
Ambiental	39	,00	8,74	2,3679

Fonte: próprio autor (2020)

4.1. Classificação dos municípios em cada dimensão TBL e de forma agregada

De posse das informações contidas na Tabela 1, e utilizando-se da divisão em quintis, realizou-se a classificação e a pontuação em cada dimensão em separado e, posteriormente, na forma agregada, realizando-se ao final uma categorização quanto ao desempenho na sustentabilidade TBL. Dessa forma, chegou-se à Tabela 2.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 17 a 19 de novembro de 2020

Tabela 2 – Pontuação em cada dimensão, pontuação agregada e classificação quanto ao Sustentabilidade TBL dos municípios da RMVPLN

Município	Pontuação Dimensão Social	Pontuação Dimensão Econômica	Pontuação Dimensão Ambiental	Pontuação Agregada	Desempenho Sustentabilidade TBL			
Jambeiro	57,47%	3	16,09%	5	5,31%	5	13	Altamente Sustentável
Redenção da Serra	60,51%	4	18,15%	5	2,56%	4	13	Altamente Sustentável
Piquete	68,36%	5	13,88%	4	1,90%	3	12	Altamente Sustentável
Areias	53,63%	2	13,77%	4	4,30%	5	11	Muito Sustentável
Bananal	66,38%	5	0,90%	1	6,94%	5	11	Muito Sustentável
Cunha	59,18%	3	14,69%	4	2,52%	4	11	Muito Sustentável
Ilhabela	35,38%	1	17,30%	5	5,91%	5	11	Muito Sustentável
Santo Antônio do Pinhal	54,86%	2	20,03%	5	2,44%	4	11	Muito Sustentável
São José do Barreiro	54,42%	2	20,85%	5	2,89%	4	11	Muito Sustentável
Taubaté	56,55%	3	18,36%	5	1,56%	3	11	Muito Sustentável
Arapeí	61,25%	4	5,25%	1	8,74%	5	10	Sustentável
Cachoeira Paulista	65,26%	5	7,07%	1	3,12%	4	10	Sustentável
Campos do Jordão	65,04%	5	13,67%	3	1,28%	2	10	Sustentável
Lorena	68,97%	5	9,19%	2	2,06%	3	10	Sustentável
Monteiro Lobato	61,73%	4	13,84%	4	1,08%	2	10	Sustentável
Natividade da Serra	50,98%	1	19,48%	5	3,39%	4	10	Sustentável
Queluz	57,07%	3	15,96%	4	1,60%	3	10	Sustentável
São Bento do Sapucaí	54,23%	2	15,31%	4	4,11%	4	10	Sustentável
Caraguatatuba	59,02%	3	15,36%	4	1,23%	2	9	Sustentável
Igaratá	62,09%	4	15,84%	4	0,68%	1	9	Sustentável
Lavrinhas	61,22%	4	10,74%	2	1,75%	3	9	Sustentável
Roseira	67,52%	5	13,26%	3	0,00%	1	9	Sustentável
Lagoinha	64,24%	4	12,03%	2	1,36%	2	8	Em adequação
São Luiz do Paraitinga	66,57%	5	10,25%	2	0,65%	1	8	Em adequação
Silveiras	59,75%	4	13,76%	3	0,76%	1	8	Em adequação
Ubatuba	56,47%	2	6,61%	1	5,01%	5	8	Em adequação
Caçapava	53,11%	2	12,56%	3	1,30%	2	7	Insustentável
Guaratinguetá	54,77%	2	12,23%	3	1,45%	2	7	Insustentável
Jacareí	44,78%	1	2,19%	1	6,03%	5	7	Insustentável
Potim	57,70%	3	7,77%	1	1,50%	3	7	Insustentável
Santa Branca	62,01%	4	11,11%	2	0,76%	1	7	Insustentável
São José dos Campos	47,49%	1	9,62%	2	2,76%	4	7	Insustentável
Tremembé	57,79%	3	13,06%	3	0,35%	1	7	Insustentável
Canas	56,23%	2	12,21%	3	0,56%	1	6	Insustentável
Paraibuna	50,63%	1	9,45%	2	1,52%	3	6	Insustentável
São Sebastião	48,81%	1	12,56%	3	0,80%	2	6	Insustentável
Cruzeiro	52,27%	1	7,40%	1	1,70%	3	5	Insustentável

(continua)



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 17 a 19 de novembro de 2020

(continuação)

Pindamonhangaba	58,53%	3	7,97%	1	0,20%	1	5	Insustentável
Aparecida	52,99%	1	8,44%	2	0,27%	1	4	Insustentável

Fonte: o próprio autor (2020)

4.1.1. Dimensão Social

Inicialmente, quanto à Dimensão Social, para se chegar à pontuação demonstrada na Tabela 2 utilizou-se dos intervalos dos índices da Tabela 3, que apresentam os resultados apurados quanto às despesas pagas nos orçamentos dos municípios relativas à inclusão e/ou assistência Social, esporte e lazer, segurança, saúde, educação e cultura.

Tabela 3 – Classificação dos intervalos dos Índices da Dimensão Social e pontuação atribuída

Intervalos dos Índices Dimensão Social	Pontuação atribuída
35,38 --- 53,00	1
53,00 --- 56,48	2
56,48 --- 59,19	3
59,19 --- 64,25	4
> 64,25	5

Fonte: próprio autor (2020)

Como pode ser visto nas Tabela 2 e 3, o índice mais baixo é 35,38% e os melhores índices acima de 64,25%, o que demonstra uma grande disparidade no percentual destinado a esta dimensão. Conforme apurado pelos orçamentos municipais e demonstrado na Tabela 2, nota-se que Ilhabela, a cidade que menos aplica suas despesas na Dimensão Social, possui um índice de, praticamente, a metade da cidade que mais dispense seus gastos nessa dimensão, Lorena. Além disso, chama a atenção a posição do maior município da RMVPLN, São José dos Campos, no antepenúltimo lugar ante os trinta e nove municípios.

4.1.2. Dimensão Econômica

No tocante aos índices da Dimensão Econômica, a Tabela 4 traz como foram classificados, pelos quintis, os resultados apurados quanto às despesas pagas nos orçamentos dos municípios relativas ao turismo, urbanismo (transporte) e desenvolvimento (indústria).

Tabela 4 – Classificação dos intervalos dos Índices da Dimensão Econômica e pontuação atribuída

Intervalos dos Índices Dimensão Econômica	Pontuação atribuída
0,90 --- 7,98	1
7,98 --- 12,04	2
12,04 --- 13,77	3
13,77 --- 15,97	4
> 15,97	5

Fonte: próprio autor (2020)

Como pode ser visto nas Tabelas 2 e 4, o índice mais baixo é 0,90% e os melhores índices acima de 15,97%. Assim, como na Social, a Dimensão Econômica também apresenta grandes discrepâncias entre as porcentagens de aplicação das despesas, com os menores índices apresentando valores praticamente vinte vezes menores que os maiores. Conforme apura-



do pelos orçamentos municipais e demonstrado na Tabela 2, nota-se que Bananal e Jacareí destacam-se negativamente na última e penúltima posição, com índices muitíssimos baixos de despesas 0,90% e 2,19%, respectivamente. Já as cidades de São José do Barreiro e Santo Antônio do Pinhal, as cidades que mais aplicam gastos nessa dimensão, possuem índices de 20,85% e 20,03% respectivamente. Destaca-se também a posição de Pindamonhangaba, uma das maiores cidades do Vale do Paraíba, no último grupo, o de pontuação 1, que são os que menos destinam despesas para a dimensão econômica.

4.1.3. Dimensão Ambiental

A classificação dos intervalos dos índices apurados da Dimensão Ambiental, por meio dos quintis, quanto às despesas pagas dos municípios relativas à gestão ambiental e saneamento, está representada na Tabela 5.

Tabela 5 – Classificação dos intervalos dos Índices da Dimensão Ambiental e pontuação atribuída

Intervalos dos Índices Dimensão Ambiental	Pontuação atribuída
0,00 --- 0,77	1
0,77 --- 1,46	2
1,46 --- 2,07	3
2,07 --- 4,12	4
> 4,12	5

Fonte: próprio autor (2020)

Como pode ser visto nas Tabelas 2 e 5, o índice mais baixo é 0,00% apresentado pela cidade de Roseira, ou seja, em seu orçamento não há nenhuma despesa paga relacionada à Dimensão Ambiental. Além disso, os maiores índices apresentam-se acima de 4,12%, o que demonstra, além das desigualdades dos índices entre os municípios, uma baixa aplicação de recursos públicos nessa dimensão. Conforme apurado pelos orçamentos municipais e demonstrado na Tabela 2, nota-se, novamente, um destaque negativo de Pindamonhangaba na penúltima posição com apenas 0,20% de despesas gastas nessa dimensão; e, como destaque positivo, duas cidades do chamado “Vale Histórico”, Arapeí e Bananal, na primeira (8,74%) e segunda posição (6,94%), respectivamente.

4.1.4. Resultado Agregado das Três Dimensões da Sustentabilidade (TBL)

Após a classificação de todos os 39 municípios em cada dimensão TBL, realizou-se o somatório de suas pontuações e voltou-se a classificá-los conforme a Tabela 6.

Tabela 6 – Classificação dos intervalos dos Índices TBL e desempenho Agregado TBL atribuído

Intervalos dos Índices de Sustentabilidade TBL segundo as Despesas Pagas	Desempenho Agregado da Sustentabilidade TBL segundo as Despesas Pagas
4 --- 8	Insustentável
8 --- 9	Em adequação
9 --- 11	Sustentável
11 --- 12	Muito Sustentável
> 12	Altamente Sustentável

Fonte: próprio autor (2020)



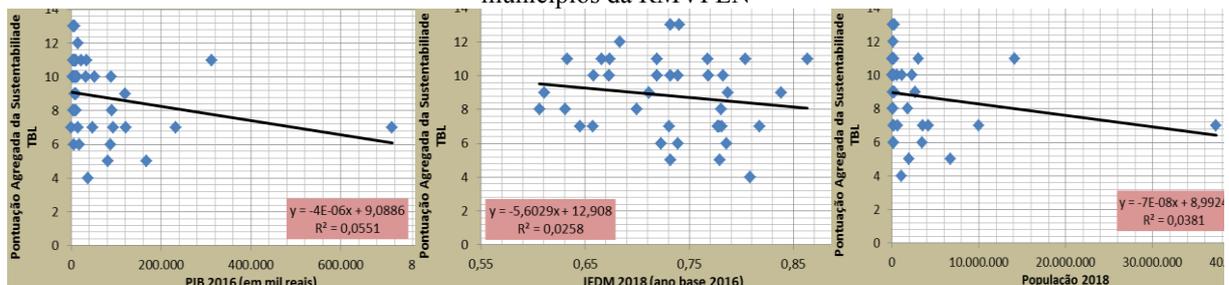
Inicialmente, cabe pontuar a categorização adotada para o resultado agregado. Decidiu-se nomear os municípios, seguindo os intervalos da Tabela 6, de altamente sustentáveis a insustentáveis de acordo com o somatório das pontuações de cada dimensão, ou seja, classificando-os conforme a forma como alocam recursos nas dimensões TBL: dos maiores somatórios percentuais (altamente sustentáveis) aos menores (insustentáveis).

Dessa maneira, restou apurado, conforme Tabela 2, que há municípios com menos de um terço da pontuação dos melhores classificados. Outro ponto a ressaltar, é que esta classificação foi realizada por meio do software Excel, como já mencionado quando se explica a questão dos quintis. O Excel não divide em cinco partes iguais, mas em proporcionais, conforme fórmula já explicitada. Assim, por este motivo e, tendo em vista uma série de pontuações iguais, houve, por exemplo, somente três municípios selecionados como ‘altamente sustentáveis’ e treze como ‘insustentáveis’.

Da Tabela 2 destacam-se os três únicos municípios com desempenho ‘altamente sustentável’, Jambeiro, Redenção da Serra e Piquete. A única cidade grande da RMVPLN que figura entre os municípios ‘muito sustentáveis’ é Taubaté com 11 pontos na classificação. Já entre as cidades que estão como ‘insustentáveis’, estão São José dos Campos, Jacareí e Pindamonhangaba, grandes municípios da região.

Para uma análise da correlação da Sustentabilidade TBL versus PIB 2016, IFDM 2018 (ano base 2016) e População (2018), inicialmente, trabalhou-se com os diagramas de dispersão, representados na Figura 2.

Figura 2 – Diagramas de Dispersão PIB, IFDM e População, respectivamente, versus Sustentabilidade TBL dos municípios da RMVPLN



Fonte: próprio autor (2020)

A seguir, testou-se a normalidade da distribuição de cada relação apresentada na Figura 2, utilizando-se o Teste de Normalidade de Shapiro-Wilk, que é um dos testes usados para amostras menores que cinquenta unidades, o que é o caso em toda a análise, tendo em vista serem 39 municípios na RMVPLN. Este teste é usado para amostras pequenas, pois “é afetado por amostras grandes nas quais pequenos desvios da normalidade geram resultados significativos” (FIELD, 2009, p. 658).

Em relação ao teste de normalidade na distribuição dos dados, estipulou-se que as hipóteses nulas (H0) eram que “havia distribuição normal dos dados ‘Sustentabilidade TBL-municípios RMVPLN’ quando relacionados com o PIB, o IFDM e a população” e ‘H1’ os seus inversos, ou seja, que “não havia distribuição normal dos dados ‘Sustentabilidade TBL-municípios RMVPLN’ quando relacionados com o PIB, o IFDM e a população”. Para rejeitar as ‘H0’, o “p” tem que ser menor que 0,05 no Teste de Shapiro-Wilk. Então, conforme Figura



3, “p” (sig.) apresentou os valores de 0,000, 0,513, 0,185 e 0,000 para PIB, IFDM, ‘Sustentabilidade TBL-municípios RMVPLN’ e População, respectivamente. Houve ‘p’ menor que 0,05 para PIB e População, ensejando, assim, a rejeição das ‘H₀’ nas quais esses dois indicadores estejam presentes e a adoção de que seus dados não são paramétricos e não possuem distribuição normal. Já na relação IFDM versus ‘Sustentabilidade TBL-municípios RMVPLN’ tem-se a aceitação da ‘H₀’ e que os dados são paramétricos e possuem distribuição normal, pois o valor de “p” para ambos os indicadores foi maior que 0,05.

Figura 3 – Teste de Normalidade entre PIB, IFDM e População *versus* Sustentabilidade TBL RMVPLN

Testes de Normalidade

	Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.
PIB	,414	39	,000
IFDM	,975	39	,513
TBL_agregada	,961	39	,185
População	,509	39	,000

Fonte: próprio autor (2020)

Com os resultados dos testes de normalidade indicando que os dados não possuíam distribuição normal (dados não paramétricos) nas relações entre PIB e População versus ‘Sustentabilidade TBL-municípios RMVPLN’, utilizou-se a correlação de Spearman para verificar a força destas relações. Já para verificar a relação com os dados normais (paramétricos), ou seja, ‘Sustentabilidade TBL-municípios RMVPLN’ versus IFDM, utilizou-se a correlação de Pearson. Os índices de correlação encontram-se na Figura 4.

Figura 4 – Correlações de *Spearman* e *Pearson* entre PIB, IFDM e População *versus* Sustentabilidade TBL RMVPLN

Correlações				Correlações				Correlações			
rô de Spearman	TBL_agregada	Coefficiente de Correlação	PIB	TBL_agregada	IFDM	rô de Spearman	TBL_agregada	Coefficiente de Correlação	População		
		1,000	-.409**	1	-.161			1,000	-.373*		
		Sig. (2 extremidades)	.010		.329			Sig. (2 extremidades)	.019		
		N	39 39		39 39			N	39 39		
	PIB	Coefficiente de Correlação	-.409**	1,000			População	Coefficiente de Correlação	-.373*		
		Sig. (2 extremidades)	.010		-.161			Sig. (2 extremidades)	.019		
		N	39 39		39 39			N	39 39		

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: próprio autor (2020)

Ao se analisar os gráficos de dispersão da Figura 2 e os índices de correlação da Figura 4 observa-se que todas as relações estudadas apresentaram índices de correlação negativos, sendo que PIB e População versus ‘Sustentabilidade TBL-municípios RMVPLN’ correlação negativa moderada (-0,409 e -0,373, respectivamente) e IFDM x ‘Sustentabilidade TBL-municípios RMVPLN’ correlação negativa baixa (-0,161). Esses índices são confirmados pelas linhas de tendência lineares descendentes nos gráficos de dispersão (Figura 2), mostrando que conforme o PIB, o IFDM e a População dos municípios aumentam, as despesas dos orçamentos municipais com as dimensões social, econômica e ambiental (TBL) diminuem.

Essa análise traz à tona o que Sachs (2010, p. 32) diz do papel do Estado (e aqui se incluem os governos municipais) e sua capacidade de regular, naquilo que lhe compete, a dimensão econômica para “mantê-la no caminho do desenvolvimento socialmente inclusivo e



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

benigno do ponto de vista ambiental”. Há de se aproveitar as melhorias nos indicadores PIB e IFDM, para melhorar, também, a aplicação das despesas com a sustentabilidade TBL e, conseqüentemente, trazer um melhor desenvolvimento à RMVPLN.

5. Conclusões

Esta pesquisa baseava-se em responder quanto os municípios da RMVPLN destinavam em seus orçamentos para as dimensões TBL da sustentabilidade, objetivo que foi plenamente atingido com o levantamento das informações apresentadas neste trabalho.

Em relação aos resultados obtidos na pesquisa, percebeu-se, primeiramente, uma grande disparidade tanto dentro de cada dimensão da sustentabilidade quanto em uma análise comparativa das médias de despesas pagas entre as dimensões, a saber, 57,57% na Dimensão Social, 12,26% na Econômica e 2,36% na Ambiental. Constatou-se que essa grande diferença entre as dimensões deve-se, principalmente, ao peso dos componentes saúde e educação nos gastos municipais da Dimensão Social.

Quanto aos índices dos municípios em cada dimensão em separado, verificou-se uma grande variação entre os que mais aplicam e os que menos aplicam recursos e que grandes municípios da Região têm baixas destinações nessas três dimensões. Já no resultado agregado das dimensões TBL da sustentabilidade, restou apurado no ano de 2019, quanto às correlações, que quanto maiores são os indicadores PIB, IFDM e População dos municípios da RMVPLN, menores são as despesas pagas nos orçamentos destinadas à sustentabilidade.

Concluindo, todos esses resultados apontam para a importância que o trabalho dos gestores públicos tem no planejamento e na execução dos orçamentos municipais, seja em uma melhor equalização da aplicação efetiva das despesas entre as dimensões sustentáveis (TBL), seja em uma publicidade mais eficiente e eficaz desses gastos, pois além da relevância de uma competente aplicação das despesas, é vital uma correta informação quanto à destinação real de onde os recursos estão sendo aplicados.

Finalmente, recomenda-se que esta pesquisa seja continuada com análises futuras nos próximos exercícios financeiros ou mesmo na comparação com anos anteriores para que possa ser gerada uma série histórica desses índices.

6. Referências bibliográficas

AGRAWALA, Saurabh; SINGHB, Rajesh Kr. **Analyzing disposition decisions for sustainable reverse logistics: Triple Bottom Line approach**. Resources, Conservation & Recycling, v. 150, n. 104448, 11 p., 2019.

BENITES, Lira Luz Lazaro; POLO, Edison Fernandes. **A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa**. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 6, ed. especial, p. 827-841, 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 13 mai. 2020.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

BRASIL. Ministério da Economia. **Manual Técnico de Orçamento (MTO)**. Brasília: ME, 2020. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2020:mto2020-versao11.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed.. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALEVSKA, Nataliya; KHOBTA, Valentyna; KWILINSKI, Aleksy; KRAVCHENKO, Sergey. **A model for estimating social and economic indicators of sustainable development**. *Entrepreneurship and Sustainability Issues*, v. 6, n. 4, 2019.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema**. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)*, v. 7, n. 2, p. 282-299, 2011.

ELKINGTON, John. **Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Capstone, Oxford, 1997, 402 p.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A (EMPLASA). **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Disponível em: <https://emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>. Acesso em: 14 mai. 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=SP&IdCidade=353800&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 2 mai. 2020.

FIELD, Andy. **Descobrendo a estatística usando o SPSS**. Tradução: Lorí Viali. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 687 p. Título original: *Discovering Statistics with SPSS. 2nd Edition*. ISBN 0-71619-4452-4.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **Plano diretor passo a passo**. Coordenação de Mariana Moreira. São Paulo, 2005. 208 p.

GOMES, Wimerson de Oliveira; VIEIRA, Edson Trajano. **A sustentabilidade do desenvolvimento na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte: análise das variáveis da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Desenvolvimento Social Municipal**. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, v. 4, n. 1, p. 97-114, 2018.

HAMMER, Janet; PIVO, Gary. **The Triple Bottom Line and Sustainable Economic Development Theory and Practice**. *Economic Development Quarterly*, p. 1-12, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2015, 103 p.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

JEURISSEN, Ronald. **Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. *Journal of Business Ethics*, v. 23, p. 229–231, 2000. [Section] Book Reviews. Book Reviews of:

LONGONI, Annachiara; CAGLIANO, Raffaella. **Sustainable Innovativeness and the Triple Bottom Line: The Role of Organizational Time Perspective**. *Journal of Business Ethics*, Springer, v. 151, n. 4, p. 1097-1120, 2016.

OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido; QUINTAIROS, Paulo Cesar Ribeiro. **Estudo das disparidades econômicas e tecnológicas no desenvolvimento regional desequilibrado do Vale do Paraíba**. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)*, v. 7, n. 2, p. 256-281, 2011.

OLIVEIRA, Meilyng Leone. **Desenvolvimento sustentável e os municípios: uma análise sob a perspectiva dos objetivos do desenvolvimento sustentável e da Lei nº 13.493/17 (PIV - Produto Interno Verde)**. *Revista de Direito e Sustentabilidade*, v. 4, n. 1, p. 59–76, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SACHS, Ignacy. **Barricadas de ontem, campos de futuro**. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 25-38, 2010.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania**. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Direitos Humanos no Século XXI*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IRPI), Fundação Alexandre de Gusmão, 1988. p. 155-166.

SANTOS, Isabel Cristina dos; OLIVEIRA, Adriana Leônidas de; MORAIS, Paulo Renato de. **Os Atributos de um Bom Trabalho Monográfico: reflexões e direcionamentos**. *Revista UniVap*, v.16, n.28, p. 20-28, 2010.

SÃO PAULO (SP). **Lei Complementar nº 1.166, de 09 de janeiro de 2012**. Cria a região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e dá providências correlatas. São Paulo: Governo do Estado, [2012] Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1166-09.01.2012.html>. Acesso em: 18 mai. 2020.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed.. Florianópolis: UFSC, 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCESP). **Transparência Municipal TCESP**. Disponível em: <https://transparencia.tce.sp.gov.br/>. Acesso em: 16 abr. 2020.

WISE, Nicholas. **Outlining triple bottom line contexts in urban tourism regeneration**. *Cities*, v. 53, p. 30–34, 2016.